

Arqueologia da transição: entre o mundo romano e a Idade Média

Cláudia Teixeira, André Carneiro
(coords.)

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

ANNABLUME

NOS LIMITES DO IMPÉRIO: DINÂMICAS DE POVOAMENTO
NA TRANSIÇÃO PARA A ANTIGUIDADE TARDIA NO ALTO ALENTEJO
(In the limits of the Empire: settlement dynamics
in the transition for Late Antiquity in Alto Alentejo)

ANDRÉ CARNEIRO (ampc@uevora.pt)
CHAIA/Universidade de Évora

RESUMO – Entre os séculos V e VI o território do Alto Alentejo assiste a profundas alterações na sua rede de povoamento. A densa rede de sítios que havia caracterizado o Império romano modifica-se: alguns espaços, mais periféricos, parecem esvaziar-se totalmente, e em outros assiste-se a fenómenos de concentração de povoamento, abandonando-se alguns locais em detrimento de outros. Por todo este território parece simplificar-se a pirâmide de povoamento que caracteriza a hierarquia de sítios em época romana, com o desaparecimento das pequenas unidades e a consolidação de algumas propriedades em ampliação progressiva. Sendo uma região onde em época imperial o tecido urbano estava pouco consolidado, com poucas *urbs* registadas no actual momento da investigação, o estudo das dinâmicas centradas no povoamento rural assume um especial interesse como forma de avaliação do prestígio e poder das elites fundiárias. Desse modo, além da tendência geral, observa-se com particular atenção o que ocorre em algumas das maiores *villae* do Alto Alentejo.

PALAVRAS-CHAVE – *Villa*; redes de povoamento; Antiguidade Tardia; elites rurais; Alto Alentejo.

ABSTRACT – Between the fifth and sixth centuries, the territory of the «Alto Alentejo» suffered profound modifications in its human settlement network. The dense network of sites that had characterized the Roman Empire changed: some of the more peripheral spaces seemed to be completely emptied; other spaces allow us to see the inverse movement, i.e., population concentration phenomena. Throughout this territory, the population pyramid that characterized the sites' hierarchy in Roman times became more simplified, due to the disappearance of the small production units and to the consolidation of properties, which had become progressively enlarged. Being a region where, in imperial times, the urban network had no strong consolidation (at this stage of research we have few *urbes* registered), the study of the dynamics of the rural population is particularly significant to evaluate the prestige and power of the landowning elites. Thus, the purpose of this chapter is to examine specifically these phenomena in some of the large *villae* from Alto Alentejo.

KEYWORDS – *Villa*; settlement patterns; Late Antiquity; rural aristocracies; Alto Alentejo.

Uma janela aberta é da cor da paisagem
Afonso Cruz (2013) *Para onde vão os guarda-chuvas.*
Lisboa, Alfaguara, p. 207

DELIMITAÇÃO DA ÁREA GEOGRÁFICA

A região do “Alto Alentejo” corresponde no seu tramo inicial ao espaço que nos autores clássicos se designa como a *Mesopotâmia ibérica*¹, por se encaixar entre os dois grandes rios que marcam a área ocidental da província da *Lusitania*: o Guadiana, a sul e a leste, e o Tejo, a norte e a ocidente (figura 1). Nesta perspetiva, evitam-se as delimitações administrativas atuais, por se considerar que as designações de “Norte Alentejo” ou de “Distrito de Portalegre” são empobrecedoras para o critério de análise arqueológica ao não incluir, por exemplo, os concelhos de Estremoz, Borba e Vila Viçosa, pertencentes à *região dos mármore*s, e de importância estratégica e económica decisivas para o perfil de povoamento antigo nesta região.

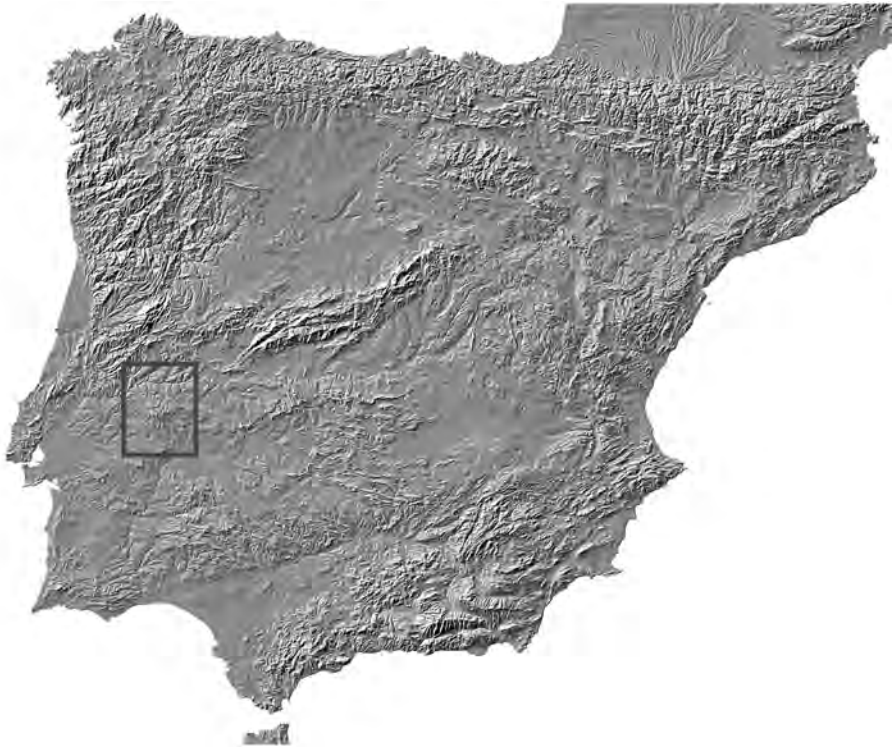


Figura 1 – Localização da área em estudo na Península Ibérica.

¹ A partir de Estrabão, *Geog.* III. 1. 6.; III. 3. 3.

Tal como na Antiguidade, é ainda hoje uma área diversa e heterogénea: desde logo no meio físico, com paisagens que variam desde os terraços de areias fluviais da zona de Ponte de Sôr aos relevos alcantilados de Marvão, Castelo de Vide e Portalegre, passando pelas extensas zonas suaves de montado que ocorrem nos territórios intermédios. Também por isso, talvez não seja surpreendente que encontremos apreciáveis variações nos perfis de povoamento em época imperial (Carneiro 2011) (figura 2), consubstanciando realidades igualmente diversificadas em tempos prévios à conquista, na paleoetnologia do sudoeste peninsular (Fabião 1998: Cap. 1.2.). Temos áreas densamente ocupadas, como:

- a) no arco sudeste, em torno ao vale do Guadiana e ao longo da via XII, de Elvas até Estremoz, onde a concentração de pontos de povoamento é muito próxima, indicando uma extensa apropriação do espaço e a ocorrência de práticas económicas intensivas;
- b) a faixa central com uma repartição da propriedade mais ampla, com vastas *villae* demarcando entre si *fundi* que deveriam ter grande extensão, ocorrendo latifúndios;
- c) à medida que nos vamos aproximando do limite ocidental deste espaço vemos uma cada vez maior rarefação do povoamento, do corredor de Avis até Gavião, passando por Ponte de Sôr, onde os escassos sítios existentes estão próximos dos eixos viários que demandavam o porto atlântico de *Olisipo*.

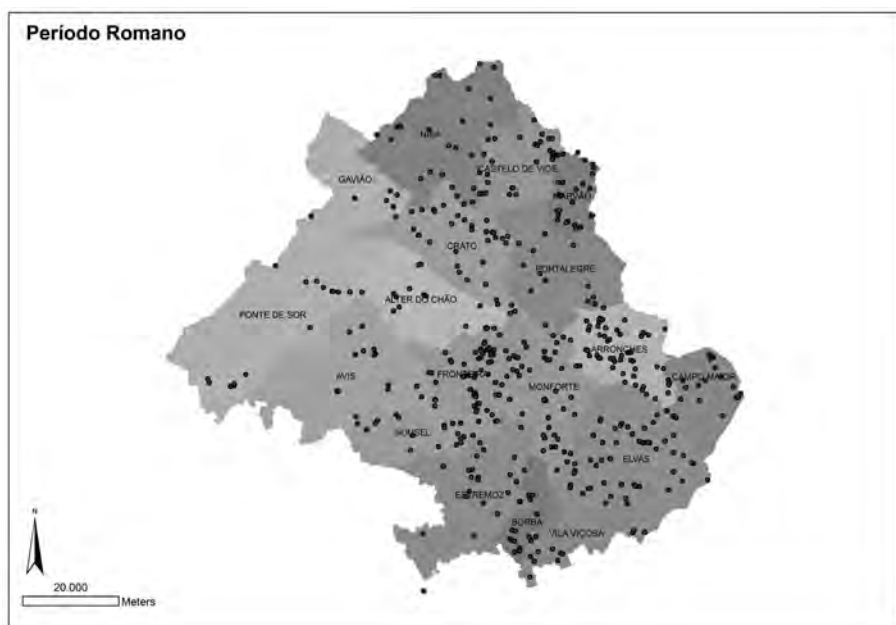


Figura 2 – Cartografia de sítios romanos no Alto Alentejo (a partir de Carneiro, 2011).

Um dos elementos mais surpreendentes na *paisagem romana* do Alto Alentejo e Alentejo Central reside na escassez do tecido de povoamento urbano. Apenas estão comprovadas duas *urbs*: *Ebora*, muito para lá do extremo sul da nossa área de estudo, e *Ammaia*, próxima do limite norte, junto ao encaixe do rio Sever no Tejo. Todo um imenso território intermédio encontra-se, sob este ponto de vista, vazio: a coincidência de *Abelterium* com a actual Alter do Chão foi comprovada (António e Encarnação 2009), mas não se vislumbra ainda o seu estatuto administrativo ou estrutura urbana; a rede de *mansiones* elencadas nas três principais vias que percorriam a região encontra-se em larga medida por localizar no terreno (Carneiro 2008: 47-76), e a Arqueologia Urbana ainda não permitiu perceber o substrato de algumas localidades que poderão ter sido relevantes no passado. Nesta perspetiva, o atual estado da investigação aponta para uma região onde a organização do povoamento estava dependente de unidades rurais e da rede viária existente. A densidade de sítios indica-nos que a paisagem estava consagrada sobretudo à exploração agro-pecuária, mas também o modo como as dinâmicas socioeconómicas encontravam o seu palco de expressão privilegiado no âmbito doméstico das grandes *villae* privadas que repartiam entre si a paisagem, e de *domini* possivelmente vinculados à capital provincial, que por certo detinham uma grande capacidade de criar e gerir dinâmicas fortes, do ponto de vista económico e sociocultural. Será portanto de presumir que a rarefação de centros urbanos se possa também dever à força de uma elite terratenente em contacto directo com *Augusta Emerita* e que procedia à dinamização deste espaço. Uma situação que, como veremos, até poderá ter conhecido um incremento significativo durante a Antiguidade Tardia. Contudo, é também de considerar que a rarefação de sítios urbanos no Alto Alentejo demonstra, afinal, a proximidade e influência da capital provincial, *Augusta Emerita*, como aliás facilmente se percebe pela existência de três itinerários de vias que aproveitam o corredor natural de passagem do vale do Guadiana². Como é sabido, o debate historiográfico sobre o limite ocidental do seu *territorium* tem sido intenso³, dada a dificuldade de fixar os limites no terreno, mesmo considerando o cruzamento dos dados literários com a epigrafia disponível. Se é certo que o território original seria de impressionante amplitude (*magnitudo agrorum*⁴), desconhecemos em absoluto o seu limite ocidental, embora a conjugação dos dados provenientes dos marcos miliários e das menções epigráficas da tribo *Papiria* autorize a pensar que, pelo menos no momento de implementação da *pertica*, parte significativa do Alto Alentejo pertencesse à área de influência (ou mesmo ao *territorium* da circunscrição) emeritense. Os dados

² Vias XII, XIV e XV: ver Carneiro 2008, e Mantas 2012.

³ Cordero Ruiz 2010: 151-160 procede a um balanço historiográfico das diversas propostas.

⁴ A citação pertence a Frontino e é retomada por *Agennius Urbicus, De controuersiis agrorum*, ed. C. Thulin, 1913 [*Corpus agrimensorum Romanorum*], p. 44, 5.

epigráficos⁵ e viários⁶ da zona de Elvas e de Estremoz autorizam esta hipótese, correspondendo aliás ao interesse geoestratégico que as pedreiras marmóreas tivessem aos olhos do poder metropolitano.

POVOAMENTO RURAL NO ALTO ALENTEJO DURANTE O IMPÉRIO: PERFIS DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO

Para melhor avaliar os modos de evolução da paisagem rural entre o Império e a Antiguidade Tardia será necessário definir de modo mais apurado a forma como se processou a ocupação deste espaço e o aproveitamento dos vários recursos locais que poderiam interessar à geo-estratégia imperial.

O presente projecto de investigação⁷ permitiu realizar numerosas prospeções de terreno e procedeu à recolha sistematizada da informação existente (quer a publicada, quer a inédita sob a forma de relatórios e memórias documentais), conduzindo a uma proposta de repartição territorial assente no cruzamento de um vasto conjunto de dados. Assim, os *territórios centrais* estruturam-se no arco sudeste, próximo do Vale do Guadiana, ao longo da via XII, e mais próximo do termo emeritense; nota-se ainda um outro conjunto de sítios em torno à *urbs* de *Ammaia*. Para definir estes espaços verificam-se algumas características comuns: uma paisagem rural estruturada em *villae* com componentes arquitetónicos de elevada qualidade artística e decorativa (esculturas, estuques, mosaicos, utilização de mármore), mesmo que por vezes concentradas no espaço, denunciando *fundi* restritos; e uma vinculação clara aos arquétipos civilizacionais clássicos, seja no domínio religioso (Carneiro 2009-2010) ou cultural. Encontramos depois os chamados *territórios periféricos*, genericamente situados na faixa central do Alto Alentejo, onde na paisagem predominam os relevos suaves, a cotas intermédias, atualmente ocupados pelas paisagens de montado tradicional. Em época imperial observamos a presença de vastas *villae* de perfil agro-pecuário, por vezes ocupando largas extensões de áreas de dispersão de materiais, com elementos maioritariamente centrados na matéria-prima local (geralmente o granito), escassas componentes arquitetónicas e decorativas, menores índices de materiais de importação e espaçamentos intra-sítio mais elevados. Portanto, descem as frequências de ocupação do território e as cargas de conteúdos culturais que demonstram

⁵ Epígrafe de *Sextus Aebutius Rufinus* (IRCP n.º 442) encontrada em Veiros (Estremoz), onde também se encontrou a placa de *L. Marius Caprarius*, em Herdade da Guardaria (IRCP n.º 461, aqui atribuído a “Herdade da Granaria”); na zona de Elvas temos *Gaius Julius Gallus* (IRCP n.º 577) e *Cornellius Gallus* em Vila Boim (IRCP n.º 584).

⁶ Miliário da Herdade de Alcobaça com a menção das *XXXXXXXV* milhas contadas a partir da capital provincial (IRCP n.º 670).

⁷ Projecto de investigação *Povoamento rural durante a Época Romana e Antiguidade Tardia no Alto Alentejo* que englobou a tese de doutoramento defendida pelo autor (Carneiro 2011) e autorizado pelo IGESPAR no âmbito do PNTA/2007 (acrónimo *PRATA*).

a plena integração nos domínios clássicos: por exemplo, nas invocações religiosas encontramos um misto de divindades clássicas cultuadas por indígenas ou de manifestações que denunciam fenómenos de *interpretatio* em que o culto clássico recobre uma presença anterior. Por último, em paisagens mais distantes do modelo agrícola mediterrânico, próximas dos *solos de areias* que caracterizam os terraços quaternários da bacia do Tejo, encontramos uma grande rarefação de sítios, estando os poucos que se encontram distantes do quadro habitual das *villae*: são locais sem indicadores de monumentalidade, geralmente junto de itinerários de vias, que parecem ser os únicos elementos que estimulam a presença de pontos de povoamento, e no registo de superfície não encontramos materiais de importação ou que documentem elevada capacidade aquisitiva. Nestes *territórios ultra-periféricos* as manifestações religiosas, embora emolduradas pela latinidade, resumem-se à invocação de divindades indígenas dedicadas por indivíduos do *fundo local*.

Em resumo, portanto, distintos perfis de ocupação de um território vasto e diverso, mostrando como o poder imperial romano encarou de modo próprio esta região e como os distintos agentes privados que repartiram entre si a posse da terra também se orientaram em função de interesses diversificados. Em zonas próximas das metrópoles – *Augusta Emerita* e *Ammaia* – notam-se de forma clara os arquétipos clássicos, evidência que mostra como os ocupantes e agentes socioeconómicos estavam vinculados a uma mundividência cosmopolita que em muito ultrapassa o âmbito regional. Este facto relaciona-se também com o papel que os *domini* terão tido na organização do território e das suas valências, quer em termos económicos, quer culturais, aproveitando o vazio que a ausência de centros urbanos deixa antever. É provável que estas elites terratenentes tivessem uma grande autonomia e margem de manobra na gestão dos recursos existentes, mas é também de considerar que os elementos económicos mais significativos estivessem entregues a uma gestão centralizada e hierárquica. Para além dos frutos da terra e de outras produções que não deixaram rasto arqueológico, considerem-se dois elementos estratégicos relevantes para a economia imperial: as pedreiras marmóreas do anticlinal de Estremoz, no arco sudeste, e a mineração nas margens do *Aurifer Tagus*. A sua importância é avaliada pelo investimento que a estrutura estatal despendeu na criação de uma logística que permitisse maximizar e centralizar as explorações: a criação de um itinerário de via que passa nas proximidades das pedreiras de Estremoz⁸ e a *urbs ex novo* de *Ammaia*, que poderá ter desempenhado uma função de gestão e controlo sobre a exploração mineira que lhe fica próxima, como aliás a presença na cidade de vários habitantes alógenos parece presumir⁹. Ou seja, é provável que a existência de recursos económicos de

⁸ A via XII do Itinerário de Antonino, por este motivo já apelidada de “Rota dos Mármore”. Sobre as problemáticas do traçado ver Carneiro 2008 e Mantas 2012.

⁹ Indivíduos provenientes da cidade de *Clunia*, onde a atividade de mineração era intensa, estão comprovados epigraficamente na cidade de *Ammaia*. Sobre esta problemática ver Mantas 2002.

primeira ordem, mesmo sob o ponto de vista da geo-estratégia imperial, tenha conduzido a investimentos infra-estruturais que potenciaram as condições para um pleno aproveitamento destes recursos e criaram dinâmicas que, em última análise, irão contribuir para a inserção destes espaços no âmbito dos *territórios centrais* acima mencionados (mesmo no caso de *Ammaia*, onde a componente indígena permanece forte, mas na qual verificamos uma plena adesão aos códigos e conteúdos da vivência clássica). Ou seja, foi também através da presença e circulação de gentes de variados lugares que estes espaços setoriais, de elevado potencial económico, se transformaram em áreas de relevante investimento social e cultural, conforme é visível na cultura material de cada sítio e na repartição da propriedade. Perceber estas dinâmicas, que evoluem durante o Império, é fundamental para analisarmos o que sucede durante o momento seguinte.

DEFININDO CONCEITOS: *QUEDA, ROTURA, TRANSIÇÃO, DECADÊNCIA, EVOLUÇÃO...* O QUE ACONTECE AFINAL?

Plasmando no suporte cartográfico os dados existentes sobre os indicadores cronológicos, uma conclusão torna-se evidente: existe uma quebra notória na dinâmica de povoamento na transição do Império para a Antiguidade Tardia, que se prolonga até 711 (figura 3). O que era até então um território densamente ocupado esvazia-se de forma decisiva, pois são muito poucos os sítios que apresentam testemunhos a partir do século v em diante. Resolver este problema, explicando as suas causas, assume uma importância estratégica para a percepção dos fatores de transformação e mudança.

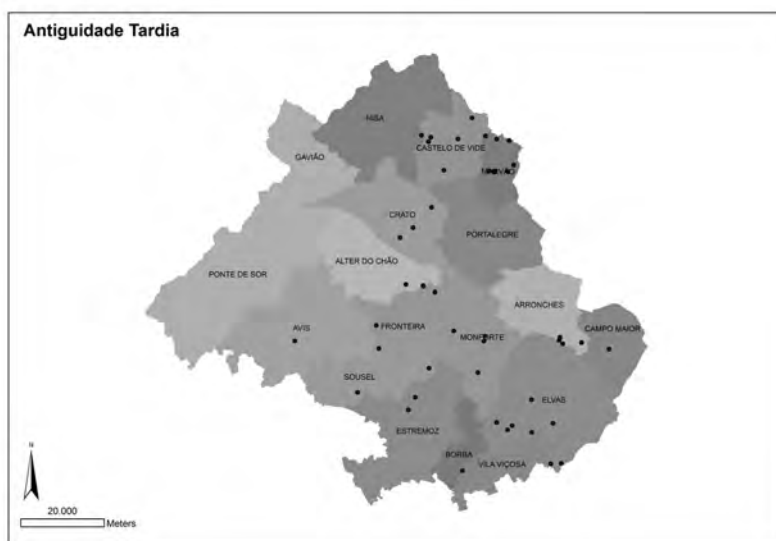


Figura 3 – Cartografia da Antiguidade Tardia no Alto Alentejo (a partir de Carneiro, 2011).

Note-se contudo que esta visão enferma de um problema de base: a escassa amostra de elementos disponíveis que fornecem datações operativas a partir do século IV. Esta é uma situação que, mais do que reflectir a *geografia da distribuição*, evidencia a *geografia da investigação*. Na realidade, a maior parte dos sítios da região foram objecto de prospeções sumárias, havendo uma boa percentagem que resultam de notícias antigas ou dadas a conhecer por leigos. Alguns contextos foram escavados, mas de modo distinto das modernas metodologias de trabalho, em tempos antigos onde o rigor no controlo da informação (artefactual e estratigráfica) era inferior ao que atualmente se exige. A maior parte destas recolhas não foram divulgadas, ou foram-no por notícias sumárias, podendo mesmo afirmar-se que não existem sequências estratigráficas dadas a conhecer de modo sistemático e rigoroso que sirvam de quadros operativos para a análise diacrónica. Acresce ainda que são poucos os conjuntos artefatuais divulgados: a título de exemplo, note-se que não existem achados monetários noticiados, e escassas vezes foram estudadas colecções de cerâmicas de importação que permitem sequenciar cronologias finas. Em rigor, portanto, a quebra verificada nos indicadores cronológicos dos sítios deriva de problemáticas exteriores ao processo arqueológico e à evolução histórica, e que devem ser explicadas com base na escassa investigação de campo na região. Tome-se como exemplo o mais emblemático e extensamente escavado ponto de povoamento desta área regional: a *villa* de Torre de Palma (Monforte), cujos contextos habitacionais, sepulcrais e religiosos foram intervencionados de forma quase integral mas, e apesar de um óptimo estudo recente (Lancha e André 2000), sem que exista uma única sequência estratigráfica ou conjunto artefactual publicado.

Seja como for, os dados disponíveis apontam para uma quebra significativa na rede de povoamento. Em termos globais, só cerca de 20% dos sítios ocupados em época imperial parecem prolongar a presença humana para além do século V (figura 4), embora mais uma vez seja de referir que este panorama é enganador, pois parte da presunção de que todos os sítios foram ocupados durante o Império em simultâneo, o que está longe de ser real (por exemplo, alguns sítios não apresentam indicadores para além do século III, ou certas necrópoles apresentam uma deposição de sepulturas em curto espaço de tempo¹⁰). Seja como for, os dados cartográficos apontam para uma situação de quase completa rotura com o modelo de povoamento anterior: o espaço povoado conhece uma acentuada quebra, e em largas extensões os indicadores de presença humana são nulos.

¹⁰ Como o bem conhecido caso de Santo André (Ponte de Sôr) e a recentemente escavada necrópole de Outeiro do Mouro 2 (Fronteira), que apresentam espólio que permite datar um curto período de utilização entre a segunda metade do século I e os inícios da centúria seguinte. Para mais informações ver Carneiro 2011: vol. II, p. 311 (Santo André, com bibliografia) e 217-218 (Outeiro do Mouro).

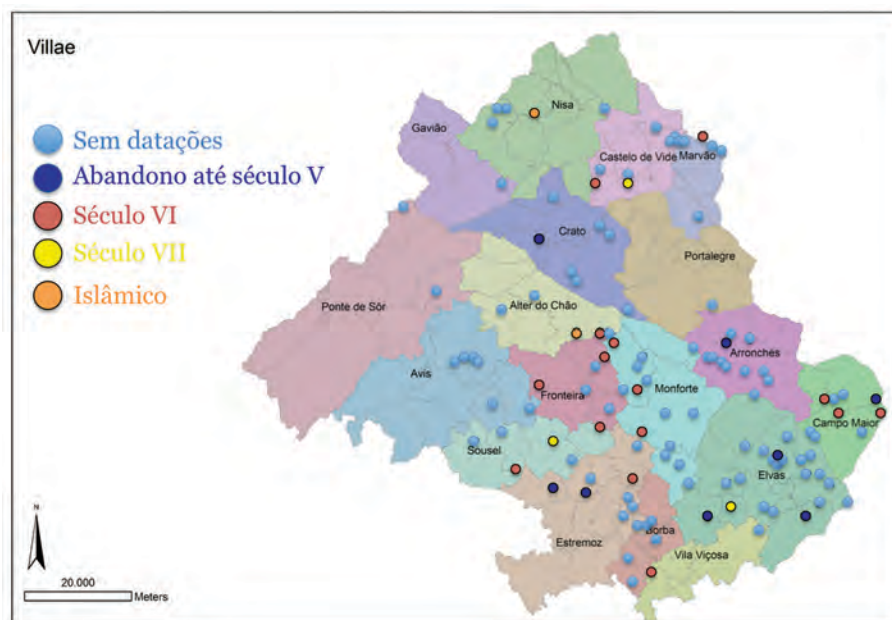


Figura 4 – Indicadores cronológicos para a última fase de ocupação em sítios romanos no Alto Alentejo (a partir de Carneiro, 2011).

Analisando as pautas de povoamento regionais de acordo com os critérios operativos apresentados, vemos que o refluxo parece atingir todas as sub-áreas regionais mencionadas. Quer nos territórios centrais, quer nas zonas periféricas, quer ainda nos espaços ultra-periféricos, vemos um acentuado esvaziamento da presença humana, que parece indicar uma quebra demográfica ou, pelo menos e em termos numéricos absolutos, uma concentração das pessoas em menos sítios. Olhando com mais atenção, contudo, distinguem-se importantes variações que, mesmo em face dos precários dados disponíveis, merecem ser olhadas com maior profundidade, evitando as sempre tentadoras generalizações.

O dado mais esclarecedor provém do arco noroeste, onde se situam os designados *territórios ultra-periféricos*, aqueles onde os menores índices de adesão à *Romanidade* haviam sido registados, e onde observamos, do século IV em diante, uma absoluta *queda* nos índices de sítios, podendo mesmo falar-se de uma *rotura* no sistema de povoamento. Em face dos indicadores, observa-se que nenhum sítio do espaço que congrega os concelhos de Avis, Ponte de Sôr ou Gavião, além de parte do Crato, Alter do Chão e Nisa, apresenta elementos que permitam testemunhar uma persistência de povoamento para além do século IV, ou mesmo a partir da segunda metade do século III. Neste momento cessam os elementos que nos permitem confirmar a presença humana: é certo

que o registo de superfície é genericamente pobre, mas em nenhum destes locais existem fragmentos de terra sigillata clara africana, nem se noticiam materiais que possam ser balizados em momentos tardios. Os contextos sepulcrais publicados¹¹ e o exemplo de um espaço habitacional¹² intervencionado permitem perceber uma tendência comum que a progressão da pesquisa poderá avaliar: a partir de meados do século III este espaço aparece-nos quase completamente despovoado¹³.

O espaço mais estável, onde conseguimos perceber fenómenos de *evolução e mudança*, parece ser o conjunto de *territórios periféricos* que se situam no corredor central da área geográfica. Em vários destes sítios encontramos indicadores cronológicos de persistência temporal, confirmados nas intervenções arqueológicas realizadas em locais como Torre de Palma (Monforte), Monte de São Pedro (Fronteira), Monte da Granja (Crato) ou Quinta do Pião (Alter do Chão), além dos espaços sepulcrais em torno à freguesia de Vaiamonte (Monforte). A construção de templos de culto cristão, evidenciada pelos elementos arquitectónicos encontrados, permite perceber a vitalidade desta zona, podendo falar-se na *reformulação* de conteúdos vivenciais que se inserem na *continuidade* da presença humana. É certo que se detectam abandonos, especialmente em sítios de pequena dimensão, como os casais de vocação agro-pecuária¹⁴, indiciando fenómenos de concentração de propriedade, mas a tendência parece ser a estabilidade nas pautas de povoamento. Talvez a posse de domínios extensivos de agricultura pouco especializada, em regime de sequeiro com complemento da pastorícia e a menor dependência dos recursos económicos vinculados à geoestratégia imperial e às redes de troca de longa distância – embora a rede viária, renovada em meados do século III, se mantenha em pleno funcionamento (Mantas 2012) –, explique esta resistência e capacidade de assegurar a presença de comunidades ancoradas ao território. Uma agricultura extensiva de latifúndio (recorrendo aos produtos da *tríade mediterrânica*, visto que a importância dos espaços de lagar e adegas estão bem comprovadas nas sucessivas ampliações estruturais verificadas em Torre de Palma), menos sofisticada nas

¹¹ Monte dos Irmãos e Santo André (Montargil, Ponte de Sôr), considerando-se também os dados da necrópole de Laje de Ouro (Crato) por se implantar próximo deste arco territorial. Para descrições individuais destes sítios e dos seguintes, ver Carneiro 2011: vol. II, onde para cada local se indica a bibliografia mais significativa.

¹² O pequeno casal de Praia da Tojeirinha (Ponte de Sôr).

¹³ Sendo também de presumir que existam alterações nas matérias-primas e formas de construção das estruturas que levem à sua *invisibilidade* no registo material de superfície, como foi considerado em anterior trabalho (Carneiro 2011). Na realidade, a utilização de taipas e/ou adobes nestes sítios deve ser levada em conta, sendo que se tratam de elementos de fácil *apagamento* ao longo da diacronia, e que por isso são mais difíceis de detectar mesmo para o prospector experimentado.

¹⁴ Os casos de Outeiro do Mouro 1 (Fronteira) e de Sardos e Curral de Sampão (Monforte).

técnicas, mas eficaz na rentabilidade, poderá ter contribuído para a manutenção da arquitetura de povoamento, mesmo com as sucessivas alterações nas linguagens e formas de poder que, por exemplo, a construção de estruturas de culto cristão deixa antever. Claro que esta situação implicou o reforço de alguns sítios em detrimento de outros, com fenómenos de aquisição e concentração de propriedades, situação que se parece entrever nos dados disponíveis, mas que terá de ser confirmada com intervenções arqueológicas. Note-se ainda que parecem não existir *villae* que tivessem aumentado a sua extensão ou monumentalidade, como ocorre nos territórios centrais da Península Ibérica (área de Castilla-la Mancha, por exemplo¹⁵), embora esta situação tenha de ser avaliada com mais intervenções no terreno. Em Torre de Palma, por exemplo, existem indicadores de continuidade na *pars urbana*, mas os investimentos centram-se na construção de sucessivas basílicas e de um baptistério exterior, ambos a alguma distância da *villa*, que mantém genericamente a sua estrutura sem qualquer melhoramento. Todavia, neste sítio do concelho de Monforte, as ampliações na capacidade de laboração do lagar e adegas (Lancha e André 2000) mostram como o local reforçou a sua capacidade produtiva, talvez pela aglutinação de outras propriedades vizinhas aos domínios de exploração directa.

As áreas onde melhor se diagnosticam os fenómenos de *transição*, mas também de *decadência*, parecem ser os espaços mais próximos das *urbs* e que constituem os *territórios centrais*. Quer na zona de *Ammaia*, quer nos espaços em torno à via XII, ao vale do Guadiana e à proximidade de *Augusta Emerita*, encontramos um generalizado conjunto de reocupações que se seguem a momentos de abandono, com reformulações dos conceitos vivenciais do espaço construído. Ou seja, em vez de continuidades, temos uma sequência de reconversões, na medida em que, enquanto nos territórios anteriores existe uma persistência e manutenção das formas de vida no campo, neste caso temos transformações que reflectem alterações na percepção e modo como se entende a estrutura arquitetónica das *villae*, que são profundamente modificadas durante este período.

A maior atracção dos arqueólogos por estas *villae urbanae* de mais vincada monumentalidade contribui para que exista um maior número de *case studies* que permitam compreender o fenómeno, razão pela qual será tratado em capítulo próprio mais adiante. Note-se desde já, contudo, que temos *villae* que são abandonadas (como Herdade das Argamassas ou S. Salvador, ambas em Campo Maior, e Quinta das Longas em Elvas), reflectindo dinâmicas mais vastas em toda a rede de povoamento, que assiste a uma acentuada quebra nas frequências de sítios com sinais de ocupação a partir do século v. Notam-se alguns materiais

¹⁵ Ver os artigos de Saul Martin González e de Miguel Ángel Valero Tevar neste volume.

descontextualizados, como as fivelas de cinturão¹⁶ e os numismas visigóticos¹⁷, mas o panorama geral parece ser de uma profunda transformação: ou pelo abandono de sítios ou pela sua reutilização em contexto inteiramente diverso, que também inclui distintos perfis de ocupação. Desta forma, nestes espaços próximos das *urbs* (e como tal, dos centros de poder), o panorama parece ser mais complexo, reflectindo distintas formas de percepção e ocupação do território e dos recursos nele existentes.

Esta diversidade *intra-sítio* faz também com que este seja o espaço mais rico de conteúdos para análise, em especial se escolhermos as *villae* como indicador privilegiado de leitura: sendo a estrutura rural que melhor materializa os ideais da *Romanidade*, foram também as que concretizaram o modelo fundiário dominante na paisagem, criando o perfil socioeconómico de exploração do território que é específico do tempo imperial. Note-se ainda que para a investigação arqueológica actual é a *villa* o elemento que melhor nos permite perceber os *indicadores de mudança* trazidos pela Antiguidade Tardia, por ser a dupla concretização de uma estrutura material que corporiza os ideais de cultura e de vida quotidiana de uma determinada elite atenta aos *ares do tempo* em evolução durante este momento. Vejamos portanto o que as (poucas) intervenções arqueológicas nas *villae* do Alto Alentejo nos contam.

A VILLA COMO CENÁRIO DE MUDANÇA: AS ÚLTIMAS FASES DE PRESENÇA HUMANA

Tal como já foi definido por alguns autores (Ripoll e Arce, 2001; Chavarría Arnau, 2007), existem diferentes evidências arqueológicas que nos permitem perceber os últimos momentos de ocupação nas estruturas caracterizadas como *villae*. Estes elementos podem ser agrupados em tendências próprias, não esquecendo o facto de em certos sítios poderem surgir combinadas¹⁸. Relembrem-se as situações existentes:

1. Reconversão como espaço produtivo
2. “Squatterização” e ocupações pontuais

¹⁶ Encontradas em três sítios do concelho de Elvas: Fontalva (possivelmente em âmbito funerário), Vinagreira (a única proveniente de escavação, recolhida no possível casal agro-pecuário de Vinagreira) e na necrópole de Herdade da Chaminé; e também em sítios de Castelo de Vide: Santa Marinha e Azinhaga da Boa Morte, em ambos os casos recolhidas em contexto funerário. Para uma listagem completa, ver o contributo de Andreia Arezes neste volume.

¹⁷ Registam-se nos mesmos concelhos de Elvas (Valbom) e Castelo de Vide (Mascarro), em ambos os casos em espaços residenciais, embora recolhidas à superfície e sem contexto arqueológico.

¹⁸ O caso de Torre de Palma (Monforte), onde temos fenómeno de *squatterização* na *pars urbana* e de construção de basílica cristã a algumas centenas de metros da zona residencial.

3. Necropolização
4. Polarização em torno de um templo cristão (interior ou imediações)
5. Abandono definitivo sem presenças posteriores

Analisemos o que se passa na região em estudo tendo em consideração, contudo, que apenas em Quinta das Longas e Torre de Palma a *pars urbana* foi inteiramente escavada, pelo que nos restantes locais lidamos com os resultados de sondagens em áreas (geralmente) pouco extensas ou, de qualquer modo, parcelares em relação ao total. No Alto Alentejo, são estas as situações detectadas (figura 5):

Modos de presença humana	Topónimo	Concelho	Comentários
Estrutura produtiva	–	–	–
<i>Squatterização</i> (ocupações pontuais)	Argamassas	Campo Maior	Lareira
	Quinta das Longas	Elvas	Perfurações em pavimentos
	S. Vitória do Ameixial	Estremoz	Lareiras; consumo de fauna
	Monte de São Pedro	Fronteira	Compartimentação de espaços; silos
	Torre de Palma	Monforte	Restauro de mosaicos; lareiras
Necropolização	S. Salvador	C. Maior	Necrópole fora da <i>pars urbana</i>
	S. Pedro dos Pastores	C. Maior	Sepultura em compartimento
	Ovelheira	Elvas	Sepultura em compartimento absidado
	Terrugem	Elvas	Necrópole em torno a compartimento quadrangular
	Silveirona/Coelha	Estremoz	Necrópole em meio a estruturas e a compartimento quadrangular
	Horta de S. Pedro	Sousel	Necrópole em meio a estruturas
	Herdade da Palhinha	Fronteira	Epigrafe funerária paleocristã
	Pombais	Marvão	Necropolização de edifício termal

	Mascarro	Castelo de Vide	Sepultura em meio a estruturas
	Vale da Bexiga	Castelo de Vide	Sepulturas em meio a estruturas
Edifício cristão	Torre de Palma	Monforte	Basílica no exterior da <i>pars urbana</i>
Abandono	Capela	Arronches	Edifício termal abandonado



Figura 5 – A última fase de presença humana em sítios romanos no Alto Alentejo (a partir de Carneiro, 2011).

Como ponto prévio à análise, relembre-se que o fenómeno do abandono das *villae* está de algum modo implícito na *squatterização* e na necropolização, visto que estas apenas ocorrem após um primeiro momento de condenação do edifício, em que este fica vago e despoja-se dos seus conteúdos familiares e vivenciais¹⁹.

¹⁹ A necropolização de edifícios termais, que se verifica pelo menos em Pombais (e talvez também em S. Salvador), pode pressupor fenómenos não tão radicais, em que se encerram os locais de exposição pública do corpo, que se associa à luxúria e ao pecado, sem que se abandone a vivência da *pars urbana*. Um exemplo documental deste fenómeno é-nos deixado por Sidonio Apolinário que na visita à *villa* do seu amigo Poncio Leontino nos faz a descrição do estado de abandono em que se encontrava o edifício termal, pelo que o autor teve de se banhar no curso de água mais próximo (*Epistola* II, 9, 8). Faça ainda notar que

Ou seja, em ambos os casos estamos perante reutilizações só possíveis após um abandono prévio do local, havendo então uma ocupação final que reconfigura de modo radical os valores originais do edificado. Nesta lógica, o único caso de abandono sem reocupação posterior encontra-se no balneário termal da *villa* de Monte da Capela (Arronches), sendo que este foi o único sector do local objecto de escavação arqueológica, que mesmo assim foi muito parcelar. Os dados apontam para um abandono planeado que terá ocorrido durante o século III, mas sublinhe-se que a área intervencionada foi realmente restrita para que se obtenha uma noção da dinâmica do local.

Em leitura geral, dois fenómenos estão sub-representados na região: a criação de estruturas produtivas, bem conhecida em várias províncias da metade ocidental do Império, mas escassamente documentada na *Lusitania*; e a reconversão da *villa* em templo cristão, com exemplos conhecidos na *Lusitania* (Monte da Cegonha, por exemplo), mas que no Alto Alentejo apenas se encontra em Torre de Palma, com uma situação diferenciada na medida em que a basílica nasce longe do edificado e sobre uma área sepulcral anterior²⁰. Note-se contudo que a grande frequência de elementos arquitetónicos paleocristãos alerta-nos para a existência de várias estruturas de culto cristão ainda por identificar.

Temos portanto duas dinâmicas mais expressivas: a *squatterização* e a *necropolização*. No primeiro caso ocorre a compartimentação de espaços áulicos ou de grandes dimensões, a ocorrência de estruturas negativas que documentam a utilização de materiais perecíveis, a deteção de lareiras associadas a fenómenos de recoleção na dieta alimentar, e finalmente, a reutilização de materiais arqueológicos. É certo que os ritmos em que estes momentos ocorrem são sempre difíceis de documentar, em especial em escavações antigas, e ainda mais serão as identidades e motivações de quem os praticou, sendo que a tentação da análise historiográfica passou sempre pela vinculação a comunidades semi-nómadas de “bárbaros”, sem que delas existam provas convincentes²¹. Quanto ao segundo fenómeno, representa uma radical alteração da percepção do espaço vivencial, que de local de uso quotidiano se transforma em espaço sepulcral que alberga uma comunidade. Enquanto o primeiro parece apresentar um tempo mais dilatado, que pode ir do

se trata de um fenómeno relativamente pouco frequente na *Lusitania*, embora comum na *Tarraconensis* (Chavarría Arnau 2004: 82).

²⁰ Note-se ainda o compartimento que poderá ter servido como *domus-ecclesia* em Quinta das Longas (Elvas) dado o *crimson* no pavimento de mosaicos, mas que é de difícil percepção na medida em que quase coincide temporalmente com a construção do espaço interpretado como de ninfeu na área oposta da *pars urbana*, sendo por isso complexo avaliar quais as percepções e vivências que ocorreram em locais tão distintos da mesma área edificada.

²¹ Visível por exemplo no modo como a fivela de cinturão encontrada em Vinagreira – um sítio não classificado como *villa* – foi enquadrado pela autora como um “abrigo”, embora os resultados da escavação tenham trazido um elemento de cantaria (silhar) pertencente a uma fonte (Bugalhão 2004), ou seja, uma situação pouco compaginável com uma estrutura de modestos recursos.

século v a manifestações de presenças islâmicas²², a instalação de sepulturas em meio ao edificado decorre em momentos delimitados no tempo, nos momentos finais do século iv e durante o século v, sendo abandonada à medida que se vão estabelecendo edifícios de culto cristão que irão organizar os cemitérios que se instalam durante o século v. Note-se contudo que, tal como no fenómeno anterior, englobam-se na necropolização diferentes realidades, como seja a constituição de extensas necrópoles (em torno de uma estrutura ou dispersas), de agrupamentos de sepulturas, de sepulturas isoladas ou de sarcófagos monumentalizados.

No caso da *squatterização* temos alguns exemplos comprovados no Alto Alentejo. O caso mais bem documentado encontra-se em Herdade das Argamassas (Campo Maior), onde no Compartimento 12, “Embora não se tenha removido completamente esta unidade [95], verificou-se a existência de uma base de lareira em tijoleira, no centro do compartimento a que estão associadas diversas mós, inteiras ou fragmentadas, e, mais uma vez, diversos fragmentos de *dolium*” (Brazuna 2003: 30). Também algumas perfurações nos pavimentos de mosaicos revelados na Sondagem 1 testemunham este tipo de ocupações. Já em Santa Vitória do Ameixial (Estremoz) e em Torre de Palma documentam-se lareiras, no primeiro caso associadas a consumos de fauna em contexto de recolção²³, e no segundo sobre uma sepultura tardia, podendo documentar uma presença de época islâmica. Em Quinta das Longas (Elvas) temos a perfuração do pavimento marmóreo da *natatio*, onde no fundo das fossas foram colocados pavimentos em tijoleiras, enquanto em São Pedro (Fronteira) temos estruturas negativas, interpretadas como silos, e um fenómeno de compartimentação de um espaço de grandes dimensões, feito com muros de alvenaria pouco cuidada, e com uma camada repleta de cinzas no interior deste ambiente²⁴. Registe-se ainda que em outros locais do Alto Alentejo documentam-se situações por esclarecer, como sobreposições de pavimentos (geralmente de terra batida sobre pisos anteriores de *opus signinum*, como em Mascarro, Castelo de Vide) ou roturas em pavimentos de mosaico, como no sítio de Herdade das Argamassas ou na *villa* de S. Salvador (Campo

²² E aqui socorro-me de um exemplo urbano, verificado no torreão da Porta Sul da cidade de *Ammaia*. Todavia, os numismas encontrados em algumas *villae* da região podem testemunhar fenómenos similares.

²³ “Após o abandono destas condutas, ou paralelamente, vários pavimentos, foram construídos e destruídos pelo uso da área para lareiras [onde foi encontrada uma carapaça de tartaruga ou cágado]. Os “restos de cozinha” encontrados associados a objectos como um caldeirão e uma colher de bronze, aparentemente descobertos nesta mesma área em escavações anteriores [...] reforçam a evidência estratigráfica: as camadas de cinza intervaladas com camadas de terra, especialmente bem visíveis no corte leste da vala, indicam o uso repetido da área e também o seu carácter temporário.” (Amélia Canilho, Relatório da campanha de limpeza de 1986 [datilografado], p. 7 e 9, Santa Vitória do Ameixial (Estremoz) Processo IPA S-11238).

²⁴ Muro UE24 e camada UE28 do sector da Igreja de São Pedro; infelizmente a área escavada foi de pequenas dimensões, pelo que não foi possível avaliar a funcionalidade do espaço em que estas unidades se encontravam. Ver Carneiro 2011: vol. II, p. 198-199.

Maior), não esquecendo os remendos em *opus signinum* feitos no mosaico do pe-ristilo central de Torre de Palma, pertencentes a um momento em que o domínio das técnicas musivas já se teria perdido.

O fenómeno que apresenta maior número de manifestações no Alto Alentejo centra-se na *necropolização* de estruturas pertencentes a espaços de vida, tal como foi detectado em várias escavações ou sondagens arqueológicas. Pela sua expressão numérica, pela variedade de formas que assume e por ocorrer em distintas partes da *villa*, impõe-se um maior detalhe na apresentação das situações recenseadas:

Topónimo	Concelho	Área de implantação sepulcral
Pombais	Marvão	Escavação – Edifício termal
São Pedro dos Pastores	Campo Maior	Escavação – Espaço de habitação (<i>pars urbana</i> ?)
São Salvador	Campo Maior	Escavação – Em edifício termal (?)
Silveirona/Coelha	Estremoz	Escavação – <i>Pars rustica</i> (?)
Terrugem	Elvas	Escavação – Próximo da <i>pars urbana</i> ; edifício termal?
Ovelheira	Elvas	Escavação – Sepultura em compartimento absidal
Vale da Bexiga	Castelo de Vide	Escavação – Em meio a estruturas
Mascarro	Castelo de Vide	Escavação – Em meio a habitações, <i>pars rustica</i> ?
Horta de S. Pedro	Sousel	Informações orais de sepulturas em meio a muros
Torre de Palma	Monforte	Escavação – Em meio a estruturas

Alguns comentários podem ser realizados. Em primeiro lugar, o olhar geográfico capta uma maior concentração de situações nos chamados *territórios centrais*, quer no espaço de prolongamento de influência emeritense (Campo Maior – 2 sítios, – Elvas – 2 sítios – e Estremoz – 1 local), quer no aro de *Ammaia* (Marvão, com 1 ocorrência, e Castelo de Vide, com 2), verificando-se que na zona central dos *territórios periféricos* apenas ocorrem situações em Sousel e Monforte. Seguramente que esta tendência não decorre apenas da *geografia da investigação*, ou seja, da atenção dos arqueólogos, mas é concordante com os nexos de estabilidade que estas *villae* das *paisagens de latifúndio* parecem deter, conforme foi comentado no ponto anterior. Ou seja, a cartografia mostra que são os espaços mais vincu-

lados aos cânones da cultura clássica aqueles que sofrem profundas alterações nos conteúdos vivenciais, e neste caso de modo radical (visto que o local de vida se transforma em espaço de morte, o que significa uma radical rotura do modo como é percecionado). Vemos também que, à excepção de Torre de Palma, todas estas *villae* foram abandonadas precocemente, em torno a meados ou finais do século v, embora em alguns casos fique em aberto a existência de uma ocupação coeva do momento funerário, como poderá ter ocorrido em Mascarro. Este facto é visível em alguns pormenores que as sepulturas apresentam, como a *pillagem* de elementos arquitetónicos reutilizados nos invólucros sepulcrais ou como suporte epigráfico, que ocorre por exemplo em Silveirona, ou ainda nos frisos decorativos recuperados nos povoados de Barragem da Póvoa e de Azinhaga da Boa Morte (ambos em Castelo de Vide). Desta forma, não apenas o espaço vivencial perdeu o seu significado, mas *tudo o que o compunha*, incluindo os elementos da estética ornamental arquetípica, mas que neste novo universo para mais nada servem senão como material de suporte²⁵ que se coloca na última morada do defunto para que não voltem a ser vistas. Ainda mantendo o olhar sobre esta leitura cartográfica, não deixa de ser curioso notar que os sítios que registam necropolizações ou *squatters* encontram-se próximos de vias e de lugares de passagem (note-se a concentração ao longo do itinerário XII), o que mostra também a visibilidade que estes locais ainda detinham e o modo como funcionavam como referentes para quem se deslocava.

Ainda olhando para *os tempos* em que este fenómeno de reconversão funerária ocorre, verifica-se que o lapso temporal em relação ao momento de abandono é muito curto, de uma geração ou, no máximo, não superior a duas gerações. A colocação das primeiras sepulturas ocorre nos finais do século v ou inícios do vi, e não se prolonga no tempo para meados do vi²⁶, fenómeno de curta duração que é ainda mais notável porque em certas ocasiões a necrópole atinge o número de várias dezenas de indivíduos, como em Silveirona ou Pombais. Comunidades extensas, com muitas gentes que se tumulam em grupo nos locais onde, previsivelmente, os seus antepassados recentes viveram, embora os padrões da cultura material se tenham alterado bastante. Por exemplo, em Pombais (Marvão, a necrópole onde os relatórios de escavação são mais detalhados), verifica-se a ocorrência de elementos da cultura material (em geral, por sepultura, apenas uma bilha de cerâmica) que são essencialmente idênticos a necrópoles isoladas na paisagem rural, como Santa Marinha e Boa Morte (ambas em Castelo de Vide), mas distintos das séries artefactuais de *terra sigillata* hispânica tardia e cla-

²⁵ Inclusivamente em Silveirona verifica-se que a gravação do epitáfio de *Talassa* decorreu na face lisa e inversa de um friso decorativo ricamente decorado.

²⁶ Em Silveirona o complexo epigráfico está datado de 513 a 544, ou seja, um lapso temporal muito curto (Cunha 2004). Relembre-se que neste local o número de deposições está estimado em pelo menos oitenta e cinco deposições funerárias.

ra africana C e D que aparecem em fragmentos no interior das sepulturas do sítio marvanense, sinal que pertencem, não a estas, mas a remeximentos de terras que recolheram sedimentos nos níveis estratigráficos anteriores, pertencentes à estrutura de um estabelecimento termal. Verifica-se assim como no espaço de duas ou três gerações, entre os meados do século V e os inícios do VI, a *paisagem mental* se altera radicalmente. Todavia, outro dos sintomas que mostram a existência de *tempos rápidos* em sucessão reside na colocação de sepulturas que procuram e estão alinhadas com os muros que as confinam, sinal de que foram colocadas quando as estruturas romanas encontravam-se perfeitamente visíveis, como em Vale da Bexiga (Castelo de Vide), Silveirona ou Torre de Palma, e que em certa medida norteiam e alinham as deposições que neste momento se instalam e que respeitam as orientações estruturais. Em momentos posteriores observa-se um outro fenómeno que indicia a perda da memória do espaço habitado: a posterior diversidade de direções e o rompimento dos muros pré-existentes.

Na maior parte dos sítios não foi determinado em que sector das estruturas romanas se dá a implantação das necrópoles, visto que a área intervencionada foi, em geral, reduzida. Em Torre de Palma o cemitério tardo-antigo corresponde ao designado “cemitério Sul”, nunca publicado nem dado a conhecer²⁷, mas que uma leitura atenta dos cadernos de campo revela situar-se sobre três salas de piso de “formigão” (*opus signinum*) e uma lareira em tijoleira. A cerca de 100 metros do edificado principal, coloca-se a questão de procurar perceber a que estrutura pertenceriam estes pavimentos, visto que se trata de um sítio extensamente escavado onde a *pars urbana* e a *pars rustica* foram devidamente identificadas: tratar-se-á de um outro sector dedicado a actividades agrícolas ou de serviços, ou estaremos perante uma construção de um sítio independente que foi precocemente abandonado? Seja como for, instalam-se pelo menos vinte e uma sepulturas (escavadas em diferentes momentos e por distintos agentes), das quais a maior parte segue nas suas orientações os muros existentes, enquanto três outras, posteriores, os cortam (sendo de época islâmica? ou contemporâneos da ermida que no século XIV se constrói no local?).

Uma situação similar detecta-se em Silveirona, onde a instalação da área sepulcral escolhe uma pré-existência. Dada a época em que a intervenção foi realizada (1934), o rigor informativo não é o melhor, pelo que é difícil compatibilizar os dados existentes: os cadernos de campo referem a proximidade à *pars urbana* de uma *villa*²⁸, embora no local se conheça também uma estrutura pertencente à

²⁷ O sector foi escavado em 1953 por uma equipa do Museu Nacional de Arqueologia, representado no terreno por João Lino da Silva, que deixou um conjunto de cadernos de campo e uma planta esquemática das realidades postas a descoberto. Ver Carneiro (2015).

²⁸ “A casa em que se encontra este fragmento [de mosaico] (e talvez haja mais pois não foi possível escavá-la toda) mede de comprimento 5 m e de larg. 4 m. A par desta divisão havia outra, ligada ainda a outras, o que mostra a importância da habitação. O cemitério visigótico fica-lhe a poente a 200 m de distância e o romano a Sul a 100 m de distância.” (Caderno de campo redigido por Manuel Heleno, publicado em Cunha 2004: 19-20.)

*pars rustica*²⁹, onde possivelmente se instalou a necrópole³⁰. Certo é que na planta publicada se observa uma área sepulcral em meio a muros anteriores, parcialmente escavados, e que nada têm a ver com a estrutura quadrangular que parece organizar toda a necrópole.

Um caso idêntico, quer na organização sepulcral, quer nas dúvidas existentes, encontra-se próximo, junto à actual povoação de Terrugem (Elvas). O local de instalação da necrópole não é especificado, embora se faça alusão a que “vêm-se os arcos de tijolo que suportaram o pavimento de um *caldarium*”³¹, não ficando clara a relação com a pré-existência. Posteriormente irá instalar-se um conjunto sepulcral só parcialmente escavado e que incluía vinte e duas sepulturas, em torno a uma outra estrutura quadrangular que, como em Silveirona, polariza todo o conjunto. Teremos neste caso situações de enterramentos próximos do sepulcro de uma figura privilegiada? A colocação de um marco miliário no interior da estrutura de Silveirona parece conceder alguma viabilidade a esta leitura, tratando-se de um elemento honorífico por excelência, além de uma peça notável e que chamaria sempre a atenção pelas suas dimensões, mas esta situação não pode ser avaliada com rigor. Refira-se apenas que uma terceira situação do género parece ter ocorrido em Vale da Bexiga (Castelo de Vide), onde as sepulturas rodeiam uma estrutura quadrangular que, pela peculiar orientação metodológica dos trabalhos, não foi escavada no seu interior. Neste sítio, sem que se perceba em que sector da pré-existência romana se instalou a necrópole, verifica-se o alinhamento das sepulturas aos muros que estariam visíveis no momento inicial de deposição.

Um fenómeno bem conhecido na *Hispania* reside na instalação de áreas sepulcrais em edificios termais, ou *balnea*. No Alto Alentejo, o único caso conhecido encontra-se em Pombais, onde a necrópole se encontra junto à estrutura de arcaria de um *hipocaustum*, embora, pelas suas dimensões³², invada outras zonas, como uma possível área de *pars rustica*³³ e um outro espaço com ““estruturas de

²⁹ “Na mesma zona, numa pequena elevação cercada de pedras e tijolos soltos descobriu-se igualmente, uns metros abaixo do solo, o pavimento de um lagar de dois pisos, notando-se ainda no pavimento de argamassa de cimento o desgaste provocado pela vida que ali se viveu.” (J. A. C., *Brados do Alentejo* de 07-01-1983, n.º 80, 3.ª série, p. 8).

³⁰ Nos cadernos de campo vão sendo referidos materiais como pesos de tear, elementos metálicos (pregos, chocalhos, entre outros), fragmentos de *dolia* e de ânforas, mais concordantes com um sector dedicado a actividades agrícolas e de armazenamento.

³¹ Deus, Louro e Viana 1955: 572. Nos seus apontamentos de campo, Manuel Heleno indica que um arco de fornalha havia sido destruído.

³² Os relatórios não apresentam uma descrição individual, mas o inventário de sepulturas ascende a 37.

³³ Na campanha de 1983 foram recolhidos vários utensílios agrícolas dentro de “uma grande casa”. Em 1986 destaca-se a “a abundância de ferro, tanto em escórias, em grandes e pequenas massas amorfas [...] como em objectos das mais variadas formas, tamanhos e funções – pregos, cavilhas, hastes, tiras, argolas, placas e outros de função indefinida, fechaduras, etc.”), talvez pertencente a uma zona de forja, visto que em campanhas anteriores foram identificadas lajeiras e abundantes camadas de cinzas.

habitação visivelmente tardias”, definindo-se um compartimento que, “apesar de exteriormente apresentar ângulos rectos, arredonda nos cantos interiores”.³⁴ Em todo o sítio o espólio é abundante, incluindo fragmentos de terra sigillata clara africana C e D e “pré-luzente”, em contextos de habitação ou remeximentos de terras. Todavia, o espólio intra-sepultura é reduzido, geralmente apenas com uma bilha à cabeceira, embora existam várias sepulturas com “paredes internas formadas de pequenas pedras sobrepostas, algumas de tijolos, outras ainda utilizando imbrices e tegulas, como é usual encontrar em necrópoles romanas desta região peninsular.” (Fernandes 1987: 63). Na ausência de uma datação fiável para um espólio característico, esta manutenção da arquitetura funerária pode apontar para um início de instalação sepulcral em finais do século V ou inícios de VI, notando-se que algumas sepulturas estão alinhadas com as estruturas, enquanto outras rasgam os muros romanos. Sem que seja fácil perceber o faseamento das diversas etapas, poderemos ter uma sequência em que se dá primeiro a condenação do edifício termal - espaço impuro por excelência, onde se ostentava a exposição do corpo - podendo parte do edificado urbano ainda estar em funções, verificando-se depois o abandono da vivência quotidiana na estrutura habitacional, que poderia ter sido reformulada em espaço basilical, embora não se conheçam elementos arquitetónicos que comprovem esta hipótese. No entanto, a existência de um sarcófago isolado a pouca distância do local³⁵ leva a que se possa falar de uma *monumentalização da morte* que apresenta profundos significados.

Um outro possível caso de condenação de edifício termal encontra-se em São Salvador (Campo Maior). Trata-se de *villa* de *otium* de grande aparato, dados os grandes vãos e compartimentos que permitiam a *contemplatio* sobre o curso do rio Xévorá, como se torna evidente pelo alinhamento do traçado do peristilo interior com o curso de água. A longa diacronia de ocupação da casa é visível em várias situações³⁶, incluindo remendos em *opus signinum* feitos no mosaico da galeria porticada, à semelhança do sucedido em Torre de Palma. Todavia, o testemunho mais relevante reside nos dados da Sondagem 3, onde foram identificadas quatro sepulturas³⁷ e, nas proximidades (mas em local não especificado), dois arcos de um hipocausto, sendo ainda de acrescentar que a capela que se ergue no local parece assentar sobre a ábside de uma estrutura anterior.

³⁴ Relatório dos trabalhos arqueológicos realizados em 1985.

³⁵ Oliveira, Pereira e Parreira 2007: nº 221: Herdade dos Pombais II.

³⁶ “Por vezes há muros que se encontram adossados uns aos outros, o que nos parece confirmar diferentes fases de construção ou novas reutilizações dos compartimentos”; “Este mosaico [B] está a 31cm de profundidade e assenta directamente sobre *opus signinum* que poderá corresponder a 1 antigo pavimento ou mesmo a 1 anterior tanque” (Dias 1994: 122).

³⁷ Apenas uma foi intervencionada, identificando-se um jarro de boca trilobada idêntico aos de outras sepulturas da área regional, como em Santo Amarinho e Boa Morte (ambos em Castelo de Vide), em contextos de finais de século V ou inícios do VI.

Próximo de São Salvador foram encontrados outros testemunhos em São Pedro dos Pastores, na periferia da actual cidade de Campo Maior. É certo que a atribuição da classificação de *villa* ao local está longe de ser consensual, pois da igreja próxima provêm dois marcos miliários (Encarnação 1989), situação que configura a hipótese de se situar uma *mansio* ou um *vicus*. O facto de ter sido intervencionado parcialmente e por diversos autores, com escavações nunca divulgadas, não ajuda a levantar o manto de dúvidas que impende sobre o local. A existência de um *balneum* cuja planta não foi publicada não esclarece se estamos perante uma estrutura pública ou privada, mas o facto de comunicar diretamente com um peristilo porticado apoia, para já, a classificação do local como *villa*. Neste ponto de ligação estrutural, com pavimento em *opus signinum*, colunas de mármore³⁸ e paredes de estuque pintado, indicando a qualidade arquitetónica e decorativa do local, foram encontradas evidências de um incêndio após o abandono do sítio³⁹. O elemento mais relevante, contudo, foi registado no compartimento B, onde um sarcófago com cobertura de lajes marmóreas, reaproveitadas dos pavimentos, ocupava a posição central, notando-se que todo o espaço arquitetónico foi remodelado para ser transformado em mausoléu. Outros enterramentos, mais modestos, foram encontrados nas imediações, inclusive perfurando estruturas⁴⁰. Em resumo, um quadro no qual um ponto de povoamento com indicadores de elevada monumentalidade é abandonado e em momento posterior recebe beneficiações para instalação de um sarcófago, presumivelmente em espaço monumental com grande impacto visual e em torno do qual se articula uma necrópole.

Sendo o fenómeno mais frequente no Alto Alentejo, a *necropolização* das estruturas fundiárias encontra-se ainda mal definida, pelo escasso investimento em *área* que as escavações receberam. Mas parecem detetar-se distintas cambiantes que refletem diferentes formas de perspetivar os espaços, pois os significados variam substancialmente: condenar um edifício termal (que não voltará a ser utilizado), reutilizar ou perpetuar a memória sepulcral de uma necrópole anterior (indicando que o *locus sacer* de algum modo continua a preservar essa função), procurar sepulcro na *pars rustica* (o que indica que a feição produtiva da *villa* cessou, talvez por abandono ou transferência de domínio fundiário) ou fazê-lo na *pars urbana* (o que implica terminar a vivência da *villa*). Da mesma forma, parece existir como elemento comum a todos um momento de abandono do

³⁸ Em intervenção posterior, de 1996, foi recolhido um fragmento de capitel coríntio.

³⁹ Sítio romano de S. Pedro - Campo Maior. Relatório de trabalhos arqueológicos (Campanha de 1992), Miguel Lago da Silva. O relatório não se encontra numerado.

⁴⁰ “após um primeiro arranjo do pavimento com argamassa, foi construída uma escadaria em tijoleira, que nos surgiu já bastante arruinada. [...] Posteriormente ao abandono desta escada, foi nela aberto um buraco para implantação de uma sepultura”. No total, o número de enterramentos identificados ascende a doze.

sítio, com *squatterização* de permeio em alguns casos, antes da instalação das primeiras sepulturas, que contudo ainda se dão quando as estruturas estão bem visíveis e os elementos arquitectónicos podem ser reaproveitados. Iniciando nos meados/finais do século v, este processo parece prolongar-se durante o século vi, sendo difícil determinar o seu ocaso, mas seguramente nesta centúria, quando os espaços basilicais se tornam nos polarizadores das necrópoles. Finalmente, de notar ainda que em alguns sítios existe uma monumentalização de um sepulcro central (Silveirona, S. Pedro dos Pastores, Pombais...), com sarcófago central, e parece existir uma evolução para tumulações *ad sanctos* com estruturas axiais da necrópole (Silveirona, Terrugem, Vale da Bexiga?) ou mesmo para a construção de basílicas que, por enquanto, não estão identificadas (à excepção de Torre de Palma, com a inclusão de um baptistério inicial, depois substituído por outro de maiores dimensões), mas cuja existência se presume pela proliferação de elementos arquitectónicos identificados em anos recentes... Uma nova paisagem, portanto, onde os antigos espaços áulicos imperiais albergam agora os mortos e/ou os novos locais de culto.

AS PESSOAS QUE VIVEM NOS CAMPOS: A RURALIZAÇÃO DA SOCIEDADE

Parece claro que as *villae*, enquanto estrutura fundiária de *otium e contemplatio* que reflectem a mundividência clássica, cessam a existência durante o século v. Se continuam a ser habitadas, já não o são da mesma forma, enquanto espaço áulico e de representação do *dominus*. A sociedade altera-se, com a erosão do poder imperial, a ascensão do cristianismo e as alterações na estrutura da sociedade. E um outro fenómeno ocorre, silencioso e subterrâneo, pois não temos textos ou documentação que nos permita perceber a sua extensão: as modificações na estrutura fundiária, com a concentração de propriedades nas mãos de um único dono, o que conduziu ao abandono de várias terras. Higino⁴¹ deixa-nos esse retrato, que pode explicar o elevado conjunto de indicadores de abandono e de *squatterização* que encontramos no Alto Alentejo, ou a sucessiva ampliação do lagar e adegas em Torre de Palma, indicando o reforço da capacidade produtiva do local. Esta situação deverá ter a sua raiz em fenómenos verificados na esfera social, em que alguns privados vêm o seu poder reforçado - como eventualmente o caso de *Sabinus vir honestus* na epígrafe de Silveirona - mas também a progressiva estruturação de uma hierarquia eclesiástica, onde os homens pertencentes à emergente estrutura da Igreja angariam bens e clientelas, poderá ter contribuído para a concentração fundiária. Aliás, talvez seja por esta via que se explica a cruz grafada no enorme peso de lagar de Torre de Palma, um sítio onde a presença de um baptistério implica laços estreitos à esfera da Igreja, ou mesmo a pertença directa de um clérigo

⁴¹ Citado por Chavarría Arnau 2006: 32.

em permanência. Neste caso, talvez o enigmático “northeastern building”, com os seus pequenos compartimentos, se destinasse à existência de catecúmenos ou de funcionários no local. Este fato, tal como a rede de locais de culto que se dissemina pela paisagem (situação verificável a partir dos elementos arquitetônicos paleocristãos) mostram como a Igreja entra nos campos enquanto agente activo e estruturante na criação de uma nova paisagem, na qual os presbíteros locais serão os “guardadores de propriedades”, “un auténtico *villicus*, un administrador patrimonial” (Diaz 1994: 307). Neste novo universo que o século VI inaugura, onde o Império é uma recordação cada vez mais distante, verificamos como a sociedade se ruraliza, como a “consciência da fragmentação” do poder à escala do Mediterrâneo conduz os atores para uma dinâmica de atuação cada vez mais baseada nos campos e em economias de circulação local. É certo que *Augusta Emerita* mantém um papel ativo, como vemos na honorífica distinção de capital da *Diocesis Hispaniarum*, no seu papel de centro de peregrinações a Eulália e nos atores políticos que aí residem, alguns deles de onomástica orientalizante. Entre *Emerita* e o Alto Alentejo vemos ainda várias *villae*, agora designadas *villulae*, que assumem um papel ativo na dinamização do território. Mas nesta região, onde a ausência de um grande centro urbano marcara a paisagem imperial, vemos também a progressiva transformação de uma paisagem pagã por lugares cristãos de culto e de sepultamento, com a substituição das *villae* por locais que já têm afinal outros conteúdos. Estas necrópoles são extensas, com várias dezenas de indivíduos, como em Silveirona, Terrugem ou Pombais, mostrando que as dinâmicas demográficas se mantêm, mas evidenciando também outros fenómenos: concentrações de povoamento, com mais gente em menos sítios; e um nivelamento social, pois todos se sepultam no mesmo local, embora com uma hierarquização que se percebe, quer nas denominações (o *vir honestus*, possivelmente um *honestior* por contraponto aos *humiliores*), quer na topografia funerária, pois algumas sepulturas são monumentalizadas (sarcófagos), estão dentro de estruturas quadrangulares, ou ocupam posições axiais no universo funerário.

Em resumo, entre os velhos restos de um Império, por entre muros em ruína e casas abandonadas, nascem durante o século V os locais de vida e morte das gentes que durante a Antiguidade Tardia povoam o território do Alto Alentejo.

BIBLIOGRAFIA

- ANTÓNIO, J.; ENCARNAÇÃO, J. (2009) Grafito identifica Alter do Chão como *Abelterium*. *RPA* 12 (1), p. 197-200.
- BRAZUNA, S. (2003) *Villa da Herdade das Argamassas. Relatório dos Trabalhos Arqueológicos 2002/2003*. Lisboa. Era-Arqueologia, S.A. [Policopiado].
- BUGALHÃO, J. (2004) O abrigo tardo-romano da Vinagreira, Elvas. In: Bugalhão (ed.), *Arqueologia na rede de transporte de gás: 10 anos de investigação*. Lisboa. (*Trabalhos de Arqueologia* 39), p. 97-108.
- CARNEIRO, A. (2008) *Itinerários romanos do Alentejo. Uma releitura de «As grandes vias da Lusitânia – o Itinerário de Antonino Pio» de Mário Saa, cinquenta anos depois*. Lisboa.
- (2009-2010) A cartografia dos cultos religiosos no Alto Alentejo em época romana: uma leitura de conjunto. *Hispania Antiqua* 33-34, p. 237-272.
- (2011) *Povoamento rural no Alto Alentejo em época romana. Vectores estruturantes durante o Império e Antiguidade Tardia*. Dissertação de doutoramento em Arqueologia apresentada à Universidade de Évora. 2 volumes. [Policopiado].
- (2015) Morre-se há muito tempo sobre a terra. Topografia funerária e sociedade no Alto Alentejo em época romana. *Actas do II Congresso de Arqueologia de Transição: o mundo funerário*, Évora, CHAIA, p. 125-139
- CHAVARRÍA ARNAU, A. (2004) Interpreting the transformation of late roman villas: the case of *Hispania*. In: Christie (Ed.) *Landscapes of change. Rural evolutions in late antiquity and the early Middle Ages*. London, p. 67-102.
- (2006) Villas en *Hispania* durante la Antigüedad Tardia. In: Chavarría; Arce; e Brogiolo (Eds), *Villas tardoantiguas en el Mediterráneo Occidental. Anejos del AEspA XXXIX*. Madrid, p. 17-35.
- (2007) *El final de las villae en Hispania (siglos IV-VIII)*. Turnhout. (*Bibliothèque de l'Antiquité Tardive* 7)
- CORDERO RUIZ, T. (2010) Una nueva propuesta sobre los límites del *ager emeritensis* durante el Imperio Romano y la Antigüedad Tardía. *Zephyrus* LXV, Jan-Jun. 2010, p. 149-165.
- CUNHA, M. 2002 *Silveirona: do mundo funerário romano à Antiguidade Tardia. Sete décadas depois*. Dissertação de Mestrado, Lisboa. [Policopiado].
- DEUS, A.; LOURO H.; VIANA, A. (1955) Apontamentos de estações romanas e visigóticas da região de Elvas (Portugal). *III Congresso Arqueológico Nacional*. Zaragoza, p. 568-578.
- DIAS, A. C. (1994) Monte de S. Salvador. *Informação Arqueológica* 9, p. 122-125.

- DÍAZ, P. C. (1994) Propriedad y explotación de la tierra en la Lusitania tardoantigua. In Gorges; Salinas de Frias (Eds), *Les campagnes de lusitanie romaine: occupation du sol et habitats*. Madrid /Salamanca (Collection de la Casa de Velázquez 47), p. 297-309.
- ENCARNAÇÃO, J. (1984) *Inscrições Romanas do Conuentus Pacensis*. Coimbra.
- (1989) A população romana de Campo Maior. *Trabalhos de Antropologia e Etnografia* 21, p. 83-94
- FABIÃO, C. (1998), *O Mundo indígena e a sua romanização na área céltica do território hoje português*. Lisboa, Dissertação de Doutoramento apresentada à FLUL. [Policopiado].
- FERNANDES, I. C. (1987) Monte da Herdade dos Pombais. *Informação Arqueológica* 8, p. 63.
- IRCP = ENCARNAÇÃO (1984)
- LANCHA, J. e ANDRE, P. (2000) *Corpus dos mosaicos romanos de Portugal. II – Conuentus Pacensis. 1 – A villa de Torre de Palma*. 2 volumes, Lisboa.
- MANTAS, V. (2002) Libertos e escravos na cidade luso-romana de *Ammaia*. *Ibn Marúan* 12, p. 49-68.
- (2012) *As vias romanas da Lusitania*. Mérida.
- OLIVEIRA, J. PEREIRA, S. e PARREIRA, J. (2007) *Nova Carta Arqueológica do concelho de Marvão*. *Ibn-Maruan* 14.
- RIPOLL, G. e ARCE, J. (2001) Transformación y final de las *villae* en occidente (siglos IV-VIII): problemas y perspectivas. *Arqueología y territorio medieval* 8, p. 21-54.